

SEMINÁRIO TRANSDISCIPLINAR DA SAÚDE

**ESTUDO SOBRE DESIGUALDADES PARA DESPERTAR O RESPEITO AOS ÍNDIOS,
AFRO-DESCENDENTES E HOMOAFETIVOS**

Joyce Thays Pereira dos Santos¹; Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa²; Rosana Lia Ravache².

¹: Acadêmica do curso Serviço Social do Centro Universitário de Várzea Grande;

²: Professoras do curso Serviço Social do Centro Universitário de Várzea Grande.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

O “Hino Nacional”, verso do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, publicado pela primeira vez em 1934, associado aos paradigmas teóricos e metodológicos do “Estudo para despertar o respeito aos índios, afro-descendentes e homoafetivos”, é o percurso da pesquisa. O ano corresponde também à chegada de uma nova Constituição Federal, promulgada por Assembleia Nacional Constituinte, cultivada por uma ambientação política que pretendia conduzir os brasileiros a se orgulhar de sua nacionalidade.

De vida curta, a Constituição de 1934 conduziu o Brasil por três anos, tendo vigorado oficialmente por apenas um ano, em virtude de sua suspensão pela Lei de Segurança Nacional. Com propósitos de assegurar a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e democrático da nação brasileira, o cumprimento à risca de seus ideários nunca se concretizou. Drummond de Andrade, ao compor outro “Hino Nacional” para o Brasil, quis fazer emergir a valorização da diversidade da cultura do país e a busca da brasilidade em suas gentes. Inspiradas na composição literária do Gauche, como carinhosamente era chamado o poeta de Itabira, percorreremos uma trilha que se propõe a demonstrar os resultados do projeto intitulado “Estudo sobre desigualdades para despertar o respeito aos índios, afro-descendentes e homoafetivos”.

Nesta trilha, este estudo originou-se da preocupação de propiciar ao alunado do Univag Centro Universitário a oportunidade de responder a um questionário aos alunos dos últimos semestres, aplicado por 8 voluntários dos cursos de Pedagogia e Serviço Social. O ato de responder ao questionário consiste em um exercício para repensar sobre direitos humanos, como um princípio de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Portanto, a discriminação baseada na etnia, na cor da pele ou na opção sexual é uma violação evidente desses princípios.

O que se apresenta é a divulgação dos primeiros resultados do projeto intitulado “Estudo sobre Desigualdades para despertar o respeito aos índios, afro-descendentes e homoafetivos”, desenvolvido no período de julho de 2014 a julho de 2015, aprovado pela Pró-Reitoria de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão. Aliado à pesquisa institucionalizada, o Univag, ao criar o programa de iniciação científica, vem permitindo a participação dos alunos de graduação em projetos de pesquisa que incrementam o pensar científico, envolto pela criatividade em face aos problemas que permeiam a sociedade brasileira.

Breve Descrição do Problema

Com frequência, a sala de aula, as rodas de conversa e a mídia televisiva e jornalística estampam situações de preconceito e de discriminação contra o índio, o afro-descendente e o homoafetivo. Tal atitudes resultam em humilhações, agrêsões ou acusações injustas, apenas pelo fato das vítimas fazerem parte de algum grupo social em condição de vulnerabilidade. Os resultados evidenciam que ocorrências de preconceito e discriminação negativa, em geral, não ocorrem de maneira isolada.

De maneira geral, as percepções preconceituosas em relação às áreas temáticas propostas se apresentam fortemente correlacionadas, com coeficientes estatisticamente significativos. Isso indica que o preconceito em relação a um determinado aspecto vem, em geral, seguido de preconceitos similares em relação aos outros aspectos pesquisados. O mesmo é verificado para a distância social e para o grau de conhecimento de práticas discriminatórias.

Com o propósito de conhecer o perfil do alunado do Univag Centro Universitário o projeto tem como objetivo explorar diferentes formas de ambiguidade e incertezas no âmbito das ações discriminatórias nas áreas temáticas dos grupos indígenas, afro-descendentes e homoafetivos, visando o respeito, a redução de preconceitos e educação para a diversidade. A pesquisa

SEMINÁRIO TRANSDISCIPLINAR DA SAÚDE

pretende identificar se o público-alvo manifesta atitudes, crenças e valores que indicam que o preconceito é uma realidade na instituição.

Objetivos

Geral

Avaliar o perfil do alunado do Univag - Centro Universitário sobre ações discriminatórias nas áreas temáticas dos grupos indígenas, afro-descendentes e homoafetivos, visando o respeito, a redução de preconceitos e educação para a diversidade.

Específicos

- Realizar estudos para a elaboração de questionários que contemplem as temáticas propostas pelo projeto;
- Coletar dados entre o alunado do Univag - Centro Universitário, com base no questionário;
- Tabular os dados coletados através dos questionários;
- Reunir dados para elaboração do relatório parcial;
- Analisar e criar dados estatísticos para os resultados obtidos nos questionários;
- Propor ações culturais junto ao alunado do Univag - Centro Universitário que propiciem o respeito, a redução de preconceitos e educação para a diversidade;
- Elaborar relatório final e artigo que apresentem as ações desenvolvidas no projeto.

Métodos

A proposta do projeto em epígrafe nasceu a partir de um conhecimento prévio, detectado no exercício da docência, quando alunos externaram em sala de aula comentários e atitudes preconceituosas diante dos conteúdos das disciplinas. A escolha da aplicação do questionário às turmas dos últimos semestres dos cursos recaiu da premissa de que o percurso acadêmico contribui significativamente para a revisão de pré-conceitos negativos dos alunos prestes a se formarem e atuarem profissionalmente em suas respectivas áreas do conhecimento. Diante ao observado pelas docentes, o projeto visou mensurar atitudes e comportamentos do alunado do Univag - Centro Universitário em relação às temáticas indígenas, afro-descendentes e homoafetivas. Para isso, o caminho inicial contou com um levantamento bibliográfico e audiovisual que tratasse dos assuntos em pauta, a fim de orientar um percurso teórico necessário à elaboração do questionário, dos relatórios, do artigo final e do pensar docente e discente.

O questionário, formado por 17 questões objetivas, divide-se em dois blocos: o primeiro, composto por quatro questões, dirige-se ao aluno com o intuito de conhecer seus dados pessoais, contudo, sem solicitar a identificação nominal. O segundo bloco de questões versa sobre o conhecimento/ opinião do alunado acerca da legislação brasileira e discriminação negativa sobre índios, afro-descendentes e homoafetivos. Após a aplicabilidade do questionário, tornou-se possibilitou a sistematização e análise dos dados ora socializados. Durante a pesquisa, no espaço "Pirâmide" dos Blocos B e C, foram apresentadas sessões audiovisuais e outras expressões culturais que contribuiriam para repensar essas questões que estão tão presentes no dia-a-dia e, assim, propiciar o respeito, a redução de preconceitos e a educação para a diversidade.

Descrição de Resultados

Até a presente data, o projeto "Estudo sobre Desigualdades para despertar o respeito aos índios, afro-descendentes e homoafetivos" foi aplicado a 200 (duzentos) alunos dos seguintes cursos: Administração (10 alunos), Biologia (12 alunos), Enfermagem (33 alunos), Engenharia Civil (27 alunos), Letras (10 alunos) Pedagogia (12 alunos), Psicologia (66 alunos), Serviço Social (30 alunos). Deste total, a grande maioria, 156 é do sexo feminino, 42 são do sexo masculino e 2 responderam à alternativa "outros".

No que se refere à faixa etária dos alunos que responderam ao questionário, 102, a maioria, portanto, estão entre 21 a 35 anos; em seguida, 52 na faixa de 36 a 45 anos; 33 têm idade até 21 anos; 12 estão entre 46 e 55 anos; 2 acham-se na faixa de 56 a 65 anos e, finalmente, somente 1 está acima de 65 anos.

Em relação ao universo de alunos pesquisados, no quesito cor/etnia, obedecendo às categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Censo Demográfico de 2010, branca, preta, amarela, parda e indígena, obteve-se os seguintes resultados: no curso de Administração, dos 10 alunos, 8 indicaram ser pardos, 1 branco e 1 preto; no curso de Biologia, dos 12 alunos, 6 identificaram-se como pardos, 3 como sendo de cor branca e 3 de cor preta; no curso de Enfermagem, dos 33 alunos, 20 de cor parda, 7 de cor branca, 4 de cor preta e 2

SEMINÁRIO TRANSDISCIPLINAR DA SAÚDE

de cor amarela; no curso de Engenharia Civil, dos 27 alunos, a grande maioria se identificou como pertencente à cor branca, 5 na cor preta e 2 na amarela; no curso de Letras, do total de 10 alunos, 6 são pardos, 3 pertencem à cor preta e apenas 1 de cor branca; no curso de Pedagogia, dos 12 alunos entrevistados, 7 declararam ser de cor parda, 4 branca e 1 preta; no curso de Psicologia, dos 66 alunos, 35 declararam ter cor parda, 19 branca, 6 amarela, 5 preta e 1 aluno não respondeu a questão; no curso de Serviço Social, do total de 30 alunos, 12 são da cor parda, 8 da branca, 7 da preta e 3 da amarela.

Quanto ao local de residência, todos os 10 alunos de Administração moram em Várzea Grande; no curso de Biologia, 7 residem em Várzea Grande, 3 em Cuiabá e 12 não responderam a questão; no curso de Enfermagem, dos 33 alunos, 16 moram em Várzea Grande, 12 em Cuiabá e 5 deixaram de responder. No curso de Engenharia Civil, dos 27 alunos participantes, 14 residem em Cuiabá e 13 em Várzea Grande; no curso de Letras, 6 alunos têm domicílio em Várzea Grande e 4 em Cuiabá; no curso de Pedagogia, dos 12 alunos, 9 moram em Várzea Grande e 3 em Cuiabá; o curso de Psicologia, dos 66 alunos, 35 residem em Várzea Grande, 25 em Cuiabá, 3 no interior e 3 não responderam a questão; no curso de Serviço Social, dos 30 alunos, 17 moram em Várzea Grande, 10 em Cuiabá e 3 deixaram de responder.

Após a coleta de dados de identificação (curso, idade, gênero, cor/etnia e local de residência), o questionário disponibilizou 12 questões relativas ao foco central da pesquisa. Destas, a primeira foi sobre a discriminação mais recorrente nos cursos pesquisados, cujos resultados apontaram para: 88 alunos responderam que a discriminação mais recorrente é a racial, 81, por orientação sexual, 74 por condição social, 51 por diferenças entre homens e mulheres; 37 por pessoas com deficiência; 31 por discriminação religiosa, 13 por discriminação por idade; 5 por nacionalidade. Duas pessoas deixaram de responder a questão.

Na questão “Podemos dizer que qualquer tipo de discriminação leva à exclusão social?” 171 pessoas responderam afirmativamente, 24 negaram e 5 pessoas deixaram de responder. Ainda em relação à discriminação racial no Brasil, a totalidade dos entrevistados respondeu afirmativamente, ou seja, “no Brasil há discriminação racial”. A cor preta foi a mais apontada no questionário, com 191 escolhas. A condição de indígena está em segundo lugar, com 64 afirmativas; 11 para a cor parda e 4 para a amarela. Uma pessoa deixou de responder.

Foi solicitado aos alunos sua compreensão sobre a eficácia da Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e culturas afrobrasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. Do total de pesquisados, 128 desconheciam a legislação. A serem indagados se tal medida contribui para o combate de atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação aos índios e afro-descendentes, 114 responderam ser uma medida positiva, 79 entenderam contribuir muito pouco e 7 respostas indicaram que a medida não contribui para combater tais preconceitos.

Sobre a Lei 12.711/2012, que determina que alunos que estudaram todo o ensino médio em escolas públicas, têm direito a 25% das vagas em todas as universidades e institutos federais, obteve-se as seguintes respostas: 159 alunos afirmaram conhecer a legislação, 39 alunos desconheciam e 2 deixaram de responder. Sobre a política de cotas para pretos e índios, 162 alunos acreditam que tal medida pode ser considerada uma forma de discriminação, 37 alunos acreditam que a medida não é considerada uma forma de discriminação. Uma pessoa deixou de responder.

Outra legislação, a Lei 12.990/2014, que estabelece cotas raciais no serviço público federal, que reserva 20% das vagas a candidatos pretos e pardos, foi assim interpretada: 104 responderam conhecê-la. Dos alunos entrevistados, 146 entendem que políticas públicas desta natureza contribuem para o aumento da discriminação racial no Brasil; 27 acreditam contribuir muito pouco; 25 não acreditam que a lei possa amenizar a discriminação. Apenas dois alunos deixaram de responder.

O questionário também verificou, na interpretação dos alunos, de onde se originam atitudes de discriminação racial (índios e pretos). Para os alunos do curso de Administração, a discriminação racial é estimulada por familiares, assim distribuídos: 4 alunos afirmaram ser por instituições escolares, 4 alunos por instituições religiosas, 3 alunos por partidos políticos. A maioria, 8 alunos, entendeu não ser nenhuma destas instituições. No curso de Biologia, 6 alunos responderam ser a mídia a grande responsável, 5 alunos, as instituições escolares, 2 alunos, as instituições religiosas. Apenas 2 alunos entenderam que nenhuma das alternativas responsabiliza-se pelo estímulo à discriminação racial. No curso de Enfermagem, 21 alunos, portanto, a maioria, acreditam que a mídia é estimuladora de preconceitos; 12 alunos responderam que são as instituições escolares; 9 alunos, os familiares; 8 alunos, os partidos

SEMINÁRIO TRANSDISCIPLINAR DA SAÚDE

políticos; 6 alunos as instituições religiosas. Somente 3 alunos acreditam que tais instituições não fomentam tal discriminação.

No curso de Engenharia Civil, entre os entrevistados, 16 alunos entendem que a mídia responsabiliza-se pelo aumento da discriminação racial, enquanto 12 alunos acham que os familiares têm sua parcela nesta questão e 9 alunos acreditam que as instituições religiosas estão à frente de um movimento discriminatório. Já 6 alunos marcaram a alternativa “partidos políticos” e 3 identificaram “instituições escolares”. Apenas um aluno não respondeu a questão. No curso de Letras, 7 alunos responderam que a mídia é a responsável; 5 alunos apontaram as instituições escolares como responsáveis e 4 alunos, os familiares, enquanto 3 alunos indicaram ser as instituições religiosas. No curso de Pedagogia, 8 alunos entenderam não ser nenhuma das alternativas; 5, as instituições escolares; 4, os familiares; 4, os partidos políticos; 3, a mídia e apenas 1, as instituições religiosas. No curso de Psicologia, 37 alunos responderam afirmativamente ao quesito mídia, 31 para instituições escolares, 29 para familiares, 8 para instituições religiosas e 7 deixaram a questão sem resposta. No curso de Serviço Social, 17 alunos marcaram a opção mídia, 13 para as instituições escolares, 10 para os familiares, 6 para os partidos políticos, 5 para as instituições religiosas e 3 não escolheram nenhuma opção.

Em relação a atitudes homofóbicas, 95 alunos acreditam que as instituições religiosas estimulam atitudes preconceituosas, seguidos por 92 alunos que atribuem à mídia, enquanto 79 alunos, aos familiares, 60 às instituições escolares, 34 aos partidos políticos e 16 acreditam que existem outros motivos. Apenas 5 alunos deixaram de responder.

Na questão “Você se considera uma pessoa preconceituosa?”, dos 10 alunos do curso de Administração, 8 responderam negativamente; a totalidade de alunos de Biologia respondeu da mesma forma; 21 alunos do curso de Enfermagem, ou seja, a grande maioria, negou ter preconceito, enquanto 7 afirmaram que sim; 21 alunos do curso de Engenharia Civil marcaram a alternativa “não” e 3 deles a alternativa “sim”. No curso de Letras, dos 10 alunos apenas um admitiu ter preconceito. Dos 12 alunos do curso de Pedagogia, apenas um admitiu ter preconceito. No curso de Psicologia, 58 alunos responderam negativamente, 2 afirmativamente e 6 deixaram de responder. No curso de Serviço Social, 26 alunos se identificaram como não sendo pessoas preconceituosas, mas 2 deles admitiram o preconceito e 2 alunos deixaram de responder.

A penúltima questão procurou saber o tipo de preconceito existente entre os entrevistados e concluiu que 11 alunos acreditam que o preconceito maior recai sobre os homoafetivos, seguido do índio, com 5 respostas e afro-descendentes com 2 respostas. Entretanto, 176 pessoas não responderam a questão. Vale lembrar que a questão admitia a indicação de mais de uma alternativa.

A última questão quis saber: “Na sua opinião, que ações podem ser adotadas para combater a discriminação negativa, o preconceito racial e a homofobia?”. O número predominante, 118 alunos, indicou ser necessário discutir com profundidade o assunto nas instituições de ensino fundamental, 104 na mídia televisiva, especialmente em telenovelas, 101 nas políticas públicas, 84 nas instituições de ensino médio e 68 nas instituições de ensino superior. Do total deste quesito, 15 alunos não responderam.

Conclusão

A primeira etapa deste projeto, realizado entre julho de 2014 e julho de 2015, entrevistou 200 alunos dos últimos semestres dos cursos de Administração, Biologia, Enfermagem, Engenharia Civil, Letras, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. Dentre os entrevistados, 156 são do sexo feminino, 42 do masculino e 2 sem indicação de sexo. A maior parte dos entrevistados encontra-se na faixa de 21 a 35 anos e 94, quase a metade dos alunos da pesquisa, identificam-se como pardos e mais da metade mora em Várzea Grande.

Dentre as discriminações elencadas no questionário, a mais recorrente recai sobre a racial, seguida pela orientação sexual e, por último, a condição social. Sobre o conhecimento da Lei 11.645/2008, a grande maioria indicou seu desconhecimento e que esta medida pode contribuir para o combate de atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação aos índios e afro-descendentes. Em relação à Lei 12.711/2012, um pouco mais que a metade disse conhecer a legislação e que a mesma pode contribuir para aumentar a discriminação. Já a Lei 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos para candidatos pretos e pardos, praticamente a metade, disse ter conhecimento e que políticas públicas dessa natureza contribuem para a discriminação racial no Brasil. No que diz respeito às atitudes de discriminação racial com índios e afro-descendentes, a mídia perfaz mais de 60% das

SEMINÁRIO TRANSDISCIPLINAR DA SAÚDE

respostas e que atitudes homofóbicas são estimuladas pelas instituições religiosas, seguida pela mídia.

Dos 200 alunos entrevistados, distribuídos em 8 cursos, apenas 17 alunos afirmaram ter algum tipo de preconceito. Até o momento, as respostas indicaram que o preconceito recai sobre os homoafetivos. Para finalizar, mais da metade dos alunos indicou que as instituições de ensino fundamental devem adotar medidas para combater a discriminação negativa, seja de que natureza for.

Faz-se mister que instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, nos níveis fundamental, médio e superior não meçam esforços para combater quaisquer formas negativas de discriminação. O projeto, que atualmente encontra-se na segunda etapa, busca, no conjunto de questões apresentadas no questionário, repensar a sociedade brasileira como pluriétnica, isto é, formada por diversos segmentos que trazem culturas distintas, modos de pensar, sentir e querer heterogêneos.

Como poetizou Drummond, o poeta de todas as regiões do país, de todos os tempos, de todas as gentes: “Precisamos descobrir o Brasil! Escondido atrás das florestas/ Com a água dos rios no meio/ O Brasil está dormindo, coitado/ Precisamos colonizar o Brasil.” Assim, que a “colonização” do Brasil, proposta pelo Gauche, comece pelo verbo “sulear”, de Paulo Freire, e a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e democrático possam desenhar a nação brasileira.

Bibliografia Principal:

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Brejo das almas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. Tradução de Octaviano Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Européia do Livro/ Editora da Universidade de São Paulo, 1969.
- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Perspectiva, 1972 (Coleção Debates).
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 (Antropologia Cultural).
- GODELIER, Maurice. **Comunidade, sociedade, cultura**. Três modos de compreender as identidades em conflito. Tradução de Mariana Portella. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2012 (Biblioteca Colégio do Brasil, 17).
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. Tradução de Inácia Canelas. Porto: Editorial Presença, 1973 (Biblioteca de Ciências Humanas).
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 4ª ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.